



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 172 - Novembre 2011

Solicitamos sua colaboração para avaliar o Boletim do WRM. Convidamos vocês para responder à enquete em: <https://www.surveymonkey.com/s/BoletimWRM>

NOSSA OPINIÃO

- [A COP em Durban: entre pessimismo e sinais de otimismo](#)

O NEGÓCIO DO CLIMA

- [A natureza no forno: mudança climática, energia supostamente renovável e biomassa](#)
- [Libéria: o caso Vattenfall: madeira africana para salvar o clima na Alemanha?](#)
- [A nova tendência das plantações para biomassa no Brasil: monoculturas de árvores](#)
- [O MDL não reduz emissões. Deixar os combustíveis fósseis no solo sim](#)
- [Soluções falsas para a mudança climática possibilitam a apropriação de terras na África](#)
- [Brasil: Por trás da imagem verde: a mercantilização da floresta e impactos sobre as comunidades locais no estado do Acre](#)
- [Índia: Florestas e plantações de árvores sob projetos de compensação de carbono](#)

POVOS EM AÇÃO

- [Apelo aos doadores para deter o financiamento de projetos REDD+](#)
- [Filipinas: Manifestação para deter a mineração chinesa em Palawan!](#)
- [Ajude o Povo Kuy do Camboja a salvar suas florestas](#)
- [Mekong: petição internacional contra a Hidrelétrica Xayaburi](#)

NOSSA OPINIÃO

– A COP em Durban: entre pessimismo e sinais de otimismo

O que esperar da 17ª Conferência das Partes sobre o clima em Durban?

Será que desta vez os governos, principalmente dos países historicamente mais poluidores, finalmente estarão dispostos a fazer um acordo vinculante, até porque o prazo do protocolo de Kyoto vencerá no final de 2012? Será que este acordo vai fazer da segunda década do século XXI um 'ponto de mutação' na história em termos de início de mudanças profundas no atual modelo industrial dominante de produção e consumo? Será que serão estabelecidos cortes expressivos de emissão para os países responsáveis pelas maiores emissões de poluentes para

que a temperatura na Terra não aumente acima de níveis que preveem efeitos dramáticos para a humanidade? Será que a dívida ecológica dos países do Norte com os países do Sul será finalmente reconhecida? E será que os combustíveis fósseis restantes serão deixados debaixo da terra?

Ou será que vai prevalecer nesta década um acordo sem compromissos vinculantes? Com pleno espaço para as empresas transnacionais e o mercado de carbono, marcado pela estratégia de ver florestas e monoculturas de árvores como estoques de carbono através de projetos REDD+? Com fundos de 'adaptação', sendo administrados por instituições financeiras historicamente responsáveis pelo financiamento da poluição e destruição ambiental, como o Banco Mundial? Com a visão de que a economia ou capitalismo 'verde', além de ser uma oportunidade para um novo ciclo de acumulação do capitalismo e de lucros, será nossa 'salvação', 'ratificando' o direito de uns poluir mais às custas de uma maioria?

Se olharmos para nossos governos e o que eles têm feito nos espaços de negociação internacional nos últimos anos em Copenhagen e Cancun, tratando de problemas que afetam a todos nós, é o pessimismo que tende a prevalecer.

Ao mesmo tempo, aparecem sinais de otimismo se mudarmos nosso olhar e horizonte para o que têm feito os povos do mundo, que sentem não só os efeitos da crise climática, mas os efeitos de uma crise muito maior. Uma crise com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, inclusive éticas e morais. Esta noção já levou o movimento pela justiça climática a usar o seguinte slogan 'mudança do sistema e não do clima!'

Olhando este último ano para os povos, muitas pessoas, sobretudo os jovens, foram às ruas. Desde o mundo árabe, passando pela Europa, pelos Estados Unidos e também por muitos outros países do mundo houve mobilizações, às vezes, com mais de 1 milhão de pessoas, como no caso do pequeno país do Chile, exemplo de 'sucesso' da política neoliberal e onde o povo exige uma educação pública, gratuita e de qualidade. Outro fato relevante foram as milhares de pessoas que foram para as ruas protestar contra o sistema financeiro internacional, até mesmo em Wall Street.

Pela postura e muitas vezes pela repressão que praticam, parece que nossos governos têm medo da população que os elegeu. Um belo exemplo ocorreu muito recentemente quando o governo Grego sugeriu organizar um referendo para consultar o povo sobre um novo plano de 'ajuda' da União Europeia. Tanto os líderes da União Europeia quanto as bolsas de valores entraram em pânico, só com a proposta de consultar o povo e, pior, na possibilidade de serem obrigados a seguir a opinião da maioria do povo de uma nação soberana! Ficaram com medo de que um governo pudesse lançar mão de uma ferramenta válida de democracia participativa.

Grandes mobilizações e marchas ocorreram também na luta pela justiça climática em Copenhagen e Cancun, além da importante conferência sobre mudanças climáticas e os direitos da Mãe Terra em Cochabamba, em 2010. Essa foi uma conferência participativa e dinâmica, com a presença de mais de 35 mil

participantes, que contribuíram na construção de uma declaração final profunda, chamado simbolicamente de Acordo dos Povos. Em Durban, novas manifestações de milhares de pessoas devem ocorrer.

No entanto, até o momento, as mobilizações e suas reivindicações e posicionamentos claros e opostos àquilo que os governos têm encaminhado até agora, ainda não conseguiram 'derrubar' os 'regimes ditatoriais' de empresas transnacionais do setor do petróleo e outras, de grandes ONGs conservacionistas que pregam o ambientalismo de mercado, e outros consultores, especuladores e especialistas, mais interessados nos lucros que possam obter negociando carbono que no futuro da humanidade.

Mas pensando em Durban e clima, porque citar aqui lutas muito mais amplas, desde a dos povos árabes até a do Chile? O que essas lutas têm a ver com as manifestações em torno das conferências do clima? Têm tudo a ver. Todas essas pessoas, sobretudo jovens, foram para as ruas reivindicando melhoria nas condições de vida do povo e justiça social. Protestaram contra o sistema em vigor que, mais do que nunca, aumenta as desigualdades sociais e ambientais, e priva a maioria dos jovens do mundo de perspectivas de futuro.

O sistema contra o qual todos/as direta ou indiretamente lutam têm conseguido habilmente fragmentar as diferentes questões de injustiças sociais e ambientais, enquanto ficam surdos para ouvir e seguir caminhos alternativos, muitas vezes incluindo propostas simples e fáceis de serem concretizadas. E isso também tem dividido e fragmentado os protestos e as lutas de resistência.

Cabe a nós o grande desafio de vencer cada vez mais essa fragmentação, rumo a Durban e, mais adiante, rumo à conferência do Rio+20 em 2012, para que consigamos construir um movimento mais unificado e, portanto, mais forte na luta por justiça social e ambiental. Isso será fundamental se queremos que nossos governos comecem a nos ouvir e agir.

[início](#)

O NEGÓCIO DO CLIMA

- A natureza no forno: mudança climática, energia supostamente renovável e biomassa

Os seres humanos têm utilizado a biomassa para produzir energia desde tempos imemoriais de forma sustentável. De outro lado, a industrialização está acabando com as reservas de combustíveis fósseis e essa é a causa da busca frenética de outras fontes de energia. As bioenergias se baseiam na produção de energia a partir de matéria viva, a biomassa.

A biomassa é matéria viva como árvores, arbustos, ervas, grãos, algas, micróbios e também resíduos vegetais.

Os acordos do protocolo de Kyoto deram lugar na Europa a políticas como a Diretiva de Energias Renováveis, aprovada em dezembro de 2008 pelo Parlamento Europeu. Ela tinha como objetivo diversificar as fontes de energia, mas também abrir novos mercados globalizados para a agricultura industrializada europeia. Automaticamente se promoveu um boom de bioenergia em escala industrial em muitos países do continente.

Atualmente, dois terços da energia chamada renovável provêm na UE da biomassa. As outras energias renováveis –solar, eólica, hídrica, etc.- contribuem apenas com um terço. A Comissão Europeia objetiva que até 2020, 14% de toda a energia da União Europeia provenha da biomassa. A matéria prima não será precisamente – como se diz geralmente- resíduos, mas madeira, e também óleos vegetais e biogás. 75% dos subsídios para as energias renováveis está destinado à biomassa e aos biocombustíveis. Os outros se distribuem entre a energia solar e eólica.

Isso acontece às escondidas da opinião pública. As informações são parcializadas ao venderem os benefícios da economia verde, com a que se tenta continuar crescendo sem limite, em vez de concretizar medidas sólidas de poupança e eficiência energética.

Renovável é o que sempre cresce de novo e sustentável é o que mantendo-se diverso e produtivo, não impacta negativamente sobre o meio. Mas contrariamente ao que costuma afirmar-se, nenhum desses conceitos é aplicável a uma economia globalizada e a um uso energético massivo e sempre crescente, nem aos impactos ambientais e sociais desse modelo econômico.

Os supostos benefícios da geração de eletricidade a partir de biomassa florestal são a disponibilidade ilimitada da madeira, o aproveitamento dos resíduos da poda e a manutenção das florestas, a forma limpa de produção ou a neutralidade em termos do ciclo de carbono.

Mas não nos enganemos: não há resíduos florestais capazes de satisfazer a demanda energética requerida para produzir energia para todas as centrais elétricas de biomassa que estão sendo instaladas. A produção global de pellets era de aproximadamente 10 milhões de toneladas em 2008 e estima-se que se duplicará nos próximos 4-5 anos. Prevê-se um crescimento anual global de 25 a 30% nos próximos 10 anos, de acordo com a organização britânica Biofuelwatch. Esse grande crescimento na demanda de madeira para a produção de eletricidade impacta nas florestas da Europa, da América do Norte e da Rússia e obriga muitos países a importarem a matéria prima de países produtores do Sul global.

A demanda europeia prevista de madeira para a produção de energia elétrica e calor é de 700 milhões de metros cúbicos anuais de madeira. Já a indústria madeireira, por exemplo, dos móveis, ou a produção de pasta de celulose e papel, requerem anualmente por sua vez 500 milhões de metros cúbicos de madeira. A FAO afirma que, para 2020, Europa sofrerá uma escassez dramática de aproximadamente 400 milhões de metros cúbicos anuais de madeira.

A demanda de madeira importada significa uma correria pelo uso das terras

produtivas e o deslocamento de povos indígenas e camponeses das florestas em benefício das empresas produtoras da madeira como matéria prima industrial. A neutralidade em termos de carbono é igualmente questionável, e não se sustenta sobre qualquer base científica, mas sobre cálculos feitos a conveniência.

Países como a Suécia, a Grã Bretanha ou a Alemanha estão experimentando um desenvolvimento sem precedentes da geração de biomassa em grande escala. Os planos da Grã Bretanha significam, por exemplo, um consumo de 50 a 60 milhões de toneladas de biomassa ao ano, distribuídas entre várias centrais de biomassa planejadas, em construção ou já instaladas. Mas a Grã Bretanha produz apenas entre 8 e 9 milhões de toneladas de biomassa seca ao ano. Conclusão: terão que importar o resto.

O que é apresentado à opinião pública como uma mudança benigna e benéfica, da energia fóssil à renovável, é de fato um despojo global dos recursos naturais do Sul para o Norte, que aprofundará a injustiça e piorará a pobreza e a fome.

Por Guadalupe Rodríguez, Salva a Selva, guadalupe@regenwald.org

[início](#)

- Libéria: o caso Vattenfall: madeira africana para salvar o clima na Alemanha?

A multinacional estatal sueca Vattenfall é o quinto produtor de energia na Europa. Sua filial Vattenfall Europe, sediada em Berlim é uma das quatro grandes empresas no mercado energético alemão. Nesse país, a produção energética da Vattenfall depende principalmente do carvão (65%) –com minas próprias de linhito no leste da Alemanha- e urânio (26%). Mas a empresa também aposta em fontes de energia supostamente limpas, como a madeira. De acordo com sua página na web, a Vattenfall possui 40 plantas de biomassa na Europa, sendo “uma das principais companhias nesse setor em nível global” (1). Seu consumo anual é de três milhões de toneladas de biomassa, das quais 60% consiste em resíduos domésticos e industriais, e 30% resíduos florestais.

Há anos a Vattenfall é considerada como uma das ovelhas negras do mercado energético alemão, por seu alto consumo de carvão e a exploração das minas de linhito, suas centrais nucleares e os freqüentes acidentes. Cidadãos e ONGs ambientais protestam frequentemente, como aconteceu com o plano para construir uma nova planta de carvão em Berlim. Desta vez a companhia mudou seu plano e em março de 2009 anunciou sua intenção de construir em seu lugar duas centrais elétricas de biomassa e duas de gás natural. O Senado de Berlim e a comunidade ambiental ficaram contentes e cumprimentaram a empresa (2).

Em 8 de outubro de 2009, a Vattenfall Europe e o Senado de Berlim assinaram um Acordo Climático para reduzir as emissões de CO2 em Berlim cerca de 20% até 2020 (3). A biomassa tem uma função central nessa estratégia, ao ajudar à cidade a cumprir seus compromissos para proteger o clima, pelo menos na teoria. A empresa construirá em Berlim uma das maiores centrais de biomassa da Europa,

com uma capacidade total de 190 Megawatts (MW). E uma planta menor (32 MW), mais a co-combustão (260 MW) em quatro plantas de carvão já existentes também estão incluídas no projeto.

Nos meses seguintes saíram à luz pública com conta-gotas mais detalhes e as primeiras dúvidas sobre o fornecimento das centrais de biomassa. Em maio de 2010, a Vattenfall já dizia que precisava em Berlim 1,3 milhões de toneladas de biomassa de madeira anuais, mais de três vezes do anunciado inicialmente (400.000 t / a). Desde então ficava totalmente claro que é impossível conseguir toda essa biomassa na região.

Em Berlim e no estado federal de Brandeburgo que rodeia a capital já existem 42 centrais de biomassa, as quais, junto com a indústria madeireira e a de celulose e papel consomem quase toda a biomassa de madeira disponível. A Vattenfall indica que utilizará principalmente resíduos de madeira como árvores de natal, restos das podas dos parques urbanos, etc. Além disso, sugere o estabelecimento de plantações de árvores de rápido crescimento e identifica para eles aproximadamente 300.000 hectares potenciais ao redor de Berlim. Cabe mencionar que no sul da cidade já existem vastas monoculturas industriais de pinus, incorretamente chamadas de florestas.

No entanto, em finais de fevereiro de 2010, a imprensa informou sobre um acordo entre a Vattenfall e a empresa Buchanan Renewables na Libéria para comprar e importar um milhão de toneladas de lascas de madeira de seringueiras do país africano (4). Em 9 de junho de 2010, a ONG alemã Salva a Selva (Rettet den Regenwald) começou uma ação de protesto em seu site na web em alemão, assinada por 21.433 pessoas (5). Mas uma semana depois, a Vattenfall AB de Estocolmo anunciou a aquisição de uma participação de 20% na Buchanan Renewables, equivalente a 20 milhões de euros. E a organização estatal sueca para o desenvolvimento Swedfund adquiriu 10% adicional na empresa (6).

Nos meses seguintes ouviram-se cada vez mais vozes críticas. A partir do outono de 2010, a ONG Powershift começou a organizar audiências públicas e distribuiu um vídeo sobre o projeto da Vattenfall na Libéria (7). A Vattenfall e o Senado de Berlim encarregaram à consultora IFEU e à organização Forest Stewardship Council (FSC) avaliar as possibilidades de certificar o projeto sob diferentes “selos verdes”. O estudo resultante confirmou vários problemas, limitações e conflitos (8). No entanto, chegou à conclusão que a certificação era possível sob os selos industriais FSC, ISCC, PEFC e RSB.

Em 15 de abril de 2011, a Vattenfall Europe e o Senado de Berlim assinaram um “Acordo de Sustentabilidade para o Fornecimento de Biomassa” (9). O documento é uma cortina de fumaça. Não contém dados concretos e medidas sobre como garantir a “sustentabilidade” exigida. A Vattenfall e seus sócios indicam que duas terceiras partes das árvores de seringueiras na Libéria são velhas e improdutivas e devem ser substituídas. A colheita de madeira geraria renda para a população e criaria divisas para o país. E além disso, apesar de ter que transportar a biomassa 6.000 quilômetros desde a Libéria até a Alemanha, continuariam poupando gases de efeito estufa.

A Buchanan Renewables foi fundada em 2008 por investidores norte-americanos, entre eles o multimilionário canadense John McCall MacBain. Inicialmente, a empresa colhia árvores nas terras dos camponeses. Muitos deles têm plantado seringueiras nos lindeiros para limitar suas terras; uma prática comum em um país onde poucas pessoas possuem documentos cadastrais de suas propriedades. O corte de árvores pela empresa provoca numerosos problemas e descontentamento na população. O negócio se baseia principalmente em acordos verbais pouco claros, arbitrariedade sobre as espécies e os volumes de madeira colhidos, destroços nos cultivos lindeiros, falta de pagamentos, etc.

Negociar com centenas de camponeses individuais –cada um deles dono de umas poucas árvores que podem ser colhidas- não é tarefa fácil, e dificilmente consegue os grandes volumes de madeira planejados. Então, a Buchanan Renewables começou com o corte mecanizado nas plantações industriais de seringueiras da multinacional japonesa-estadunidense Bridgestone-Firestone, perto de Kakata. A Bridgestone-Firestone maneja lá a maior plantação de seringueiras do mundo.

A situação na Libéria

A Libéria é –depois de anos de ditadura e duas guerras civis- um dos países mais pobres do mundo. A economia depende em grande medida da exportação de minério de ferro, borracha e madeira. No país existem aproximadamente 260.000 hectares de plantações industriais de seringueiras. ONGs locais como SAMFU (10) e relatórios da ONU (11) indicam condições do trabalho e sociais catastróficas nas plantações, especialmente nas da Bridgestone-Firestone. Há denúncias, entre outros abusos, de trabalho infantil, violência e ausência geral da lei. No país são cortados cada ano, aproximadamente 200.000 hectares de floresta tropical.

O fornecimento de energia das famílias na Libéria se baseia em lenha e carvão vegetal. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD -, 99,5 por cento dos habitantes cozinha com lenha. As florestas tropicais, os mangues e as seringueiras velhas são a principal fonte. O fornecimento se baseia principalmente em milhares de colhedores informais e pequenos comerciantes. Ativistas locais informam que nos últimos dois anos houve um grande aumento dos preços da lenha e do carvão vegetal.

O Ministério de Energia da Libéria escreveu em 2007 no Plano de Ação de Energias Renováveis (12), que "a escassez de lenha se transforma em um sério problema na maior parte da Libéria, especialmente no condado de Montserrado, ao redor da capital Monrovia. Em nível nacional, anualmente se colhe bem mais do que se pode sem exaurir as reservas atuais e sem danificar o meio ambiente. (...) O uso da biomassa florestal como fonte de energia aumentará com relação ao crescimento da população rural e a pobreza. Se essa demanda não for fornecida de forma sustentável, em algum momento se chegará ao desmatamento total, à degradação ambiental e, provavelmente, à desertificação na Libéria".

O fornecimento de energia elétrica é quase inexistente na Libéria. Quem pode maneja pequenos geradores próprios de gasóleo, uma maneira pouco eficiente e

altamente poluidora de produzir eletricidade. No entanto, existem planos estatais de reconstruir a rede elétrica. Em 2009, a Buchanan Renewables (BR) ganhou a concessão para construir e manejar uma planta de biomassa de 34 MW para o fornecimento elétrico da capital Monrovia (13). De acordo com o contrato de concessão, os custos do projeto são de 149 milhões de dólares. O projeto prevê o uso de madeira de seringueira como fonte de energia. No entanto, três anos depois, os trabalhos de construção não têm começado e a Libéria continua sem eletricidade. No entanto, desde 2009, a Buchanan Renewables começou a exportar lascas de madeira de seringueira para a Europa.

O projeto da Vattenfall na Libéria é o primeiro desse tipo na Alemanha, mas provoca alarme. O uso da biomassa em grande escala dificilmente é fornecido com fontes locais. Leva diretamente a mercados globais e grandes plantações industriais. A expansão massiva do uso de biomassa afasta a possibilidade de implementar soluções realmente sustentáveis, como a poupança e o uso eficiente de energia. Sob o pretexto da crise energética e a mudança climática, o que está sendo feito é um uso corporativo para controlar a terra, a água, a biodiversidade, a agricultura... e a vida.

Klaus Schenck, Salva a Selva, e-mail: klaus@regenwald.org

Por casos como o presente, ações semanais de protesta por e-mail em <http://www.salvalaselva.org>

(1) <http://www.vattenfall.com/en/biomass-energy.htm>

(2) <http://www.taz.de/1/berlin/artikel/1/vattenfall-gibt-endlich-gas/>

(3)

<http://www.berlin.de/sen/umwelt/klimaschutz/aktiv/vereinbarung/vattenfall/index.shtml>

(4) <http://www.nanews.net/MAIN.asp?ID=3578>

(5) <http://www.regenwald.org/mailalert/590/berlin-tropenholzverbrennung-in-kraftwerken-von-vattenfall>

(6) http://www.vattenfall.com/en/press-kit-biomass.htm?WT.ac=search_success

(7) <http://power-shift.de/?p=151>; <http://www.youtube.com/watch?v=CEfpBmPCvdA>

(8) http://www.berlin.de/sen/umwelt/klimaschutz/aktiv/vereinbarung/download/IFEU_nachhaltiges_Holz_VattenfallSenGUV.pdf

(9) http://www.berlin.de/sen/umwelt/klimaschutz/aktiv/vereinbarung/download/nh-vereinbarung_vattenfall.pdf

(10) SAMFU, 2008: The heavy load – A demand for fundamental changes on the Bridgestone/Firestone rubber plantation in Liberia:

<http://www.laborrights.org/sites/default/files/publications-and-resources/The%20Heavy%20Load.pdf>

(11) Missão das Nações Unidas na Libéria, 2006: “Human Rights in Liberia's Rubber Plantations: Tapping into the Future” (Direitos Humanos nas plantações de seringueiras da Libéria: extraído no futuro).

http://unmil.org/documents/human_rights_liberiarubber.pdf

(12) Fonte: Ministério de Terras, Minas e Energia, junho de 2007: “Energías renovables y política de eficiencia energética y un plan de acción Monrovia” (Energia renováveis e política de eficiência energética e um plano de ação Monrovia), Libéria. página 3-4.

http://www.reeep.org/file_upload/5272_tmpphp5vFwxs.pdf
(13) <http://www.molme.gov.lr/doc/Microsoft%20Word%20%20Information%20on%20the%20Concession%20Agreement%20and%20Power%20Purchase%20Agreement%20Signed%20between%20the%20Government%20of%20Liberia.pdf>

início

- A nova tendência das plantações para biomassa no Brasil: monoculturas de árvores

Um novo ciclo de expansão: plantações para carbono e biomassa

Dentro do contexto dos esforços do Brasil para transformar-se em uma potência econômica global, o Secretário de Assuntos Estratégicos do novo governo, sob a presidência de Dilma Rouseff, emitiu um relatório, ao que a mídia brasileira teve acesso em março deste ano. Anunciava que a nova política governamental é pelo menos duplicar a área com plantações de árvores no Brasil para 15 milhões de hectares, aumentando a participação do Brasil no mercado de USD 7 bilhões para USD 25 bilhões. Enquanto o primeiro ciclo de expansão objetivava especialmente a produção de pasta de celulose e papel, agora o governo procura expandir as plantações para diferentes fins. O problema urgente é que bilhões de subsídios são necessários para atingir este objetivo, mais do que o próprio governo está disposto a contribuir.

Nesse sentido, o foco internacional na crise climática veio como um ângulo alternativo muito bem recebido para uso do setor empresarial e do governo, para abrir a porta para novos subsídios, especialmente para plantações de carbono 'renováveis', com duvidosos benefícios climáticos. Por exemplo, a companhia Plantar no Estado de Minas Gerais tem sido pioneira no oferecimento de créditos do carbono através de um projeto do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) baseado em plantações de árvores de eucaliptos renováveis, ironicamente destinadas a ser queimadas de novo, emitindo de novo na atmosfera todo o CO₂ que tinha sido armazenado. O carvão resultante é a fonte de energia para a indústria de ferro gusa da Plantar.

Um outro exemplo é os esforços das companhias como a Fibria e a Suzano Papel e Celulose para vender créditos de carbono, do carbono armazenado em suas plantações no mercado voluntário do carbono através da Chicago Climate Exchange (CCX), uma bolsa de valores para comerciar créditos de carbono, fundada em 2003. Mais uma vez, este mecanismo trata-se de um armazenagem temporária de carbono, não permanente, que é o que se precisa para combater a crise climática. Uma outra forma na que o governo brasileiro tem tentado obter subsídios é obter um novo instrumento melhorado em nível da UNFCCC chamado 'florestas em exaustão'. Esse instrumento garantiria que as plantações de árvores mais velhas recebam dinheiro do mercado do carbono para garantir a replantação dessas plantações.

Uma das mais recentes novidades é o plano para implementar plantações de monoculturas de árvores de eucaliptos em grande escala para a produção de madeira para biomassa no Nordeste do Brasil pela Suzano Papel e Celulose. A Suzano é uma companhia privada que tem estado operando por 85 anos. É a segunda maior produtora de pasta de madeira de eucaliptos, com cinco fábricas de celulose no Brasil, localizadas nos Estados de São Paulo e Bahia, que produziram 2,7 milhões de toneladas de pasta de celulose e papel em 2008. Atualmente, controla 722 mil hectares de terras com 324 mil hectares de plantações de eucaliptos nos Estados da Bahia, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Tocantins e Maranhão. A Suzano tem planos ambiciosos para aumentar sua produção de pasta de celulose e papel para 7,2 milhões de toneladas com três novos complexos industriais: um em cada um dos Estados nordestinos de Maranhão e Piauí, e um terceiro cuja localização ainda não tem sido decidida.

Plantações para biomassa da Suzano

A Suzano tem planos ainda mais ambiciosos: investir em um novo tipo de plantação – plantações para biomassa. Para atingir este plano, em meados de 2010, o Grupo Suzano criou uma nova companhia chamada Suzano Energia Renovável. O investimento proposto é de USD 1,3 bilhões e inclui cinco unidades de produção de pellets de madeira, com uma capacidade de produção total de 5 milhões de toneladas de combustível de biomassa. A primeira fase inclui aquisições de terras e a construção de três unidades de produção de pellets de madeira, produzindo 1 milhão de toneladas cada, que começaria a operar em 2013. A Suzano espera uma renda líquida de USD 500 milhões em 2014, e já tem assegurado contratos de venda por 2,7 milhões de toneladas. Um ‘memorando de entendimento’ foi assinado entre a Suzano e a companhia do Reino Unido MGT Power Ltd. em agosto de 2010.

Não há informação pública disponível sobre onde estarão localizadas exatamente as plantações para biomassa no Nordeste do Brasil e quantos hectares serão necessários; no entanto, testes de campo com eucaliptos e acácia foram levados a cabo em Piauí e Maranhão em 2009. O diretor da companhia, André Dorf, declarou em 2010: “as terras já têm sido prospectadas e o processo de aquisição deve acontecer já neste ano”, salientando também que o Nordeste “(...) tem nossa preferência por causa da proximidade de portos importantes que facilita o fluxo da produção, já que nosso objetivo é fornecer o continente europeu”.

As plantações para biomassa são bem diferentes das plantações para pasta de madeira. O ciclo de rotação é de dois a três anos, em vez dos sete anos que são usados normalmente, e as árvores serão plantadas mais densamente. Diferentemente da produção de pasta de celulose e papel, que objetiva um máximo de celulose (para ser transformada em pasta) e um mínimo de lignina (a ‘cola’ da árvore), as plantações com fins ‘energéticos’ objetivam um máximo de lignina. De acordo com o diretor André Dorf, aproximadamente 30 mil hectares são necessários para produzir 1 milhão de toneladas de pellets de madeira. Considerando o objetivo da Suzano de produzir 5 milhões de toneladas de pellets de madeira, precisa-se um total de 150 mil hectares de terras.

Já estão acontecendo problemas no Nordeste do Brasil com as aquisições de terra pela Suzano para as plantações de eucaliptos para a produção de pasta. Essa é uma região onde, por exemplo, as comunidades quilombolas tradicionais ainda lutam para que seus direitos sobre os territórios tradicionais sejam reconhecidos. Inaldo Serejo, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Maranhão, afirma em uma entrevista que “está acontecendo uma expansão no Maranhão, por exemplo, de companhias como a Suzano Papel e Celulose, que têm estado comprando imensas áreas de terras, ocupadas por comunidades tradicionais, para plantar eucaliptos”. Portanto, pode esperar-se um aumento nos problemas com a maior expansão de novas plantações para biomassa.

Resistência à monocultura para biomassa no Brasil

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), um dos principais movimentos de camponeses no Nordeste do Brasil, e membros da Via Campesina Brasil têm estado lutando durante anos contra a expansão de monoculturas de árvores no Brasil, através de passeatas e outras ações de protesto. Raul Krauser, da coordenação nacional do MPA explica as razões de sua luta de resistência: “Já temos amargamente acumulado uma lista de impactos sobre as vidas dos camponeses da expansão das monoculturas de eucaliptos: aquisição de grandes granjas improdutivas que deveriam ser destinadas à reforma agrária; aumento nos preços da terra na região inteira; as companhias estão cercando as comunidades camponesas e pressionando elas para que vendam suas terras; as famílias têm medo de ficar isoladas em uma área de plantação por causa da perseguição das companhias junto com as elites locais e vendem suas terras; as economias locais pioram, aumento na fome, violência e degradação social; as organizações que se opõem a esta expansão são criminalizadas pelas companhias e pelo ‘Estado brasileiro’ que outorga subsídios, incentivos fiscais, apoio econômico, militar, jurídico e também moral, criando uma imagem no sentido de que quem está contra estes mega projetos está contra o desenvolvimento. Considerando a fragilidade do bioma caatinga, as previsões de mudança climática na região, (...) os impactos no Nordeste serão sem dúvidas bem piores e as proporções do desastre maiores das que temos testemunhado em outras regiões do país. Há uma tendência para a destruição das comunidades camponesas, o que significará imediatamente uma diminuição na produção de alimentos, ameaçando o fornecimento de alimentos em nível local, e portanto a sociedade toda será afetada.”

Krauser continua afirmando que: “Opomo-nos firmemente a esta expansão, já que se a queima de madeira é considerada menos poluidora, a produção da madeira é altamente perigosa e nociva para a vida dos camponeses e outras comunidades, nociva para o desenvolvimento do país. Temos bastantes casos que evidenciam suficientemente que onde entram as monoculturas de árvores, também aumentam a fome, a miséria e as desigualdades sociais. O chamado desenvolvimento sustentável não combina com as monoculturas de árvores nos países tropicais. O que as companhias dizem é apenas uma ilusão.”

De acordo com a mais recente informação do site na web da Suzano, estabeleceu-se no relatório do primeiro trimestre de 2011 que “A companhia está avaliando

alternativas para a estruturação de capital para a Suzano Energia Renovável”, um sinal de que a companhia ainda não tem achado suficiente apoio financeiro para implementar totalmente o projeto.

Observações finais sobre as implicações da monocultura para biomassa

Como a experiência brasileira com as monoculturas industriais de árvores mostra, há um grande potencial de conflitos toda vez que este modelo se expande. No caso do Nordeste, as principais preocupações são a expulsão direta e indireta das populações de camponeses locais por até 150 mil hectares de plantações e, além disso, a perda de recursos hídricos através das plantações de rápido crescimento. De fato, essas seriam provavelmente as primeiras plantações comerciais com um ciclo de rotação tão curto no Brasil e no mundo inteiro. E tudo isso em uma região, o Nordeste do Brasil, tradicionalmente afetado por períodos de grande seca.

Este exemplo mostra, mais uma vez, que a única forma de começar a resolver a crise climática global é cortando drasticamente as emissões de carbono no Norte. A implementação de plantações de monoculturas de árvores em grande escala dentro de um modelo agrícola convencional e o transporte de pellets de madeira pelo oceano para centrais elétricas no Reino Unido é mais uma solução falsa, enquanto que simultaneamente cria novos problemas para as comunidades locais no Nordeste do Brasil.

Artigo adaptado do artigo original com o mesmo título, escrito por Winnie Overbeek e publicado on line por Corporate Watch (www.corporatewatch.org)

[início](#)

- O MDL não reduz emissões. Deixar os combustíveis fósseis no solo sim

No ano passado eu estava em Bangkok para uma reunião sobre mercados do carbono no sueste da Ásia. Era irônico estar discutindo uma falsa solução para a mudança climática quando grandes áreas da Tailândia estavam alagadas e as inundações estavam ameaçando a capital. (Apesar de que não podemos dizer que essa inundação em particular foi causada pela mudança climática, podemos dizer que esse tipo de inundação vai tornar-se mais comum à medida que o planeta continue aquecendo-se.)

A reunião de Bangkok foi organizada por CDM-Watch e Focus on the Global South, com participantes da Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia, Vietnã, Birmânia e Camboja. A reunião salientou dois problemas distintos com os projetos do MDL:

1 Como o MDL é um mecanismo de comércio de carbono, não reduz emissões; e

2 Vários projetos do MDL são em si mesmos destruidores e criam sérios impactos para as comunidades locais e seus ambientes.

“O MDL não foi de nenhum jeito desenhado para reduzir emissões,” disse Jacques-

Chai Chomthongdi de Focus on the Global South. “Pior do que isso é que não há medidas estabelecidas que lidem com os impactos ambientais e sociais negativos.”

Durante vários anos, International Rivers tem estado monitorizando a forma na que os projetos de energia hidrelétrica do MDL não são adicionais, porque teriam avançado de qualquer jeito, sem assistência do MDL. Na reunião de Bangkok, Carl Middleton, da Universidade de Chulalongkorn, falou sobre a Barragem de Kamchay no Camboja, que está atualmente sob validação como projeto do MDL. O financiamento para o projeto foi obtido em 2006 do China Exim Bank e espera-se que a construção da barragem acabe neste ano. “É impossível assumir que este projeto é adicional,” comentou Middleton. A barragem inundará 2.000 hectares de terras, incluindo parte do Parque Nacional de Bokor. “Não se comunicou qualquer intenção de lidar com os sérios impactos ambientais que vai causar,” acrescentou Middleton.

International Rivers mantém uma base de dados de projetos de energia hidrelétrica (1) na bica de projetos do MDL. Até o dia 29 de outubro de 2011, 1975 projetos de energia hidrelétrica com uma capacidade instalada de 86.439 MW tinham solicitado créditos do MDL, dos quais mais de dois terços estão localizados na China.

Nichakan Yuenyao é uma pesquisadora local de uma comunidade atingida por um projeto de energia de biomassa na Província de Surin, na Tailândia. Ela falou na reunião sobre os impactos que a comunidade está sofrendo em decorrência desse projeto de suposto “desenvolvimento limpo”. Ela explicou que a poluição do ar pelo projeto foi um problema, que levou a doenças de pulmão e problemas na pele. Um aldeão disse para ela que tem que manter suas portas e janelas fechadas o dia todo para evitar que o pó entre em sua casa. O ruído também é um problema e depois de quatro anos de operação, a planta de biomassa tem afetado o fornecimento de água dos aldeões.

Um outro palestrador foi Patrick Bürgi, um dos co-fundadores da companhia de comércio de carbono South Pole Carbon Asset Management. “Alguns desses impactos ambientais poderiam ser abordados facilmente, por exemplo, acrescentando redes para pó ou borrifando água,” disse ele. “O problema é que não há mecanismo de execução estabelecido.” O que é uma admissão, se considerarmos que provém de um proponente de projetos do MDL.

Durante sua apresentação, Bürgi explicou que, “O MDL trata-se de dinheiro transferido do mundo desenvolvido ao mundo em desenvolvimento para financiar projetos que ajudarão à mitigação da mudança climática.” Como isso não é verdade, eu pedi para Bürgi que confirmasse que de fato o MDL não reduz emissões, porque é um mecanismo de comércio de carbono. Apesar de que as emissões podem ser reduzidas em um lugar, a venda de créditos de carbono permite que a poluição em outros lugares continue. O MDL é “no melhor dos casos, um jogo de soma zero”, como o então presidente da Diretoria do MDL, Lex de Jonge disse em 2009.

Além de Bürgi, o painel incluiu Bo Riisgaard Pedersen do Ministério Danês de

Clima e Energia e Sudeep Kodialbail de SGS, uma Entidade Operacional Designada do MDL. Apesar de que eles assentiam enquanto eu fazia a pergunta, foram de algum jeito renuentes a reconhecer em tantas palavras que o MDL não reduz emissões. Eventualmente Kodialbail reconheceu o ponto (mais ou menos). “Se você acessar o site na web da UNFCCC, é muito interessante quando se lê, porque eles não usam a palavra reduzir, usam a palavra estabilizar,” disse ele.

Ouvindo isso, eu pulei. “Ele não reduz,” eu gritei. “Podemos colocar isso em maiúsculas? O MDL não reduz emissões. É verdade. O MDL não reduz emissões. Estamos todos de acordo com isso?”

Resultou que pudemos concordar. “Você tem razão ao dizer que o MDL como tal não leva a uma redução líquida de emissões,” respondeu Bürgi.

Para mim, o destaque da reunião veio no final, quando Jerome Whittington da Universidade Nacional de Cingapura falou sobre uma proposta na que ele e colegas estão trabalhando para colocar um limite estrito à extração de energia fóssil (2) – em outras palavras, uma eliminação progressiva da exploração de carvão, petróleo e gás natural.

Em 2007, perante a reunião de clima das Nações Unidas em Bali, o jornalista George Monbiot fez uma sugestão similar e apontou que, “As conversações em Bali não farão sentido a menos que produzam um programa para deixar os combustíveis fósseis no solo.” (3) Quatro anos depois, com o aumento dos gases de efeito estufa para níveis recorde no ano passado, é hora que esta solução simples para fugir da mudança climática seja levada a sério.

Chris Lang, <http://chrislang.org>

(1) <http://www.internationalrivers.org/global-warming/cdm-kyotos-carbon-offsetting-scheme>

(2) <http://accountingforatmosphere.wordpress.com/2011/10/17/planned-phase-out-of-fossil-fuels-as-market-pricing-mechanism/>

(3) <http://www.guardian.co.uk/environment/2011/nov/04/greenhouse-gases-rise-record-levels>

[início](#)

- Soluções falsas para a mudança climática possibilitam a apropriação de terras na África

Na próxima semana terá lugar em Mali uma conferência internacional de agricultores com o objetivo de deter a apropriação de terras. Organizada por La Via Campesina, visa a abrir um espaço para ouvir e aprender dos agricultores locais principalmente dos países africanos a respeito de que eles dizem da apropriação de terras; de unir forças para resistir ao processo e de construir futuras estratégias.

Poucos dias depois, em Durban, África do Sul, milhares de pessoas entre elas

representantes dos governos, das maiores empresas poluidoras, das grandes ONG's conservacionistas como também dos povos que lutam por justiça climática irão se reunir na 17ª Convenção sobre Mudança Climática.

A apropriação de terras ocorre nos países do Sul a ritmos alarmantes. Na África essa tendência é escandalosa: 60 milhões de hectares de terra comercializados em 2009! (1) Governos estrangeiros, fundos de pensão, indivíduos e corporações ricos estão comprando enormes extensões de terras para abrir caminho para as monoculturas, desde plantações de árvores até a agricultura industrial, e inclusive como especulação financeira.

Dentro da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática, o contexto para consolidar e amplificar a apropriação de terras vem sendo construído. Os governos e as corporações estão preparando o caminho para continuar com seus negócios em vez de abordar seriamente a mudança climática e reduzir drasticamente as emissões de carbono- energia e dinheiro demais foram gastos na criação e promoção de falsas soluções para a mudança climática.

Enquanto isso, sob REDD, as populações pobres são despojadas de muitos de seus direitos sobre o uso comunitário de terras florestais, e Nas palavras de La Via Campesina, em sua declaração “Apelo a Durban” “Sob a UNFCCC, aos países desenvolvidos e às corporações poluidoras, historicamente responsáveis pela maioria de emissões de gases de efeito estufa, lhes é permitido todo tipo de truques que evitam a redução de suas próprias emissões. Por exemplo, os mecanismos de mercado de carbono e a compensação de carbono permitem que os países e as companhias continuem poluindo e consumindo como até agora, enquanto pagam pequenas quantias de dinheiro para ajudar as populações pobres dos países em desenvolvimento. O que de fato ocorre é que as companhias tiram duplo proveito: continuam poluindo e vendem falsas soluções. Enquanto isso, sob REDD, as populações pobres são despojadas de muitos de seus direitos sobre o uso comunitário de terras florestais emergem novos usurpadores de terra que consolidam grandes áreas desapossando os agricultores para traficar com créditos de carbono” (2)

As falsas soluções para a mudança climática estão possibilitando a apropriação de terras no Sul. As comunidades são deslocadas e os territórios ocupados com plantações de monoculturas de árvores que funcionam como sumidouros de carbono ou para serem comercializadas como lascas de madeiras ou pellets para energia, ou no caso dos dendezeiros, para produzir óleo.

Os conflitos relacionados com as plantações de monoculturas de árvores na África vão em aumento. Um caso recente na Uganda envolve a empresa inglesa “New Forests Company” que é responsável pelo deslocamento forçado de cerca de 20.000 pessoas de suas terras para deixar lugar às plantações para sumidouros de carbono.

As plantações de dendezeiros também estão causando inúmeros conflitos em países como a Libéria, Camarões, Uganda e Gana, entre outros. Por exemplo, na Libéria, a empresa malaia Samy Darby que recebeu 220.000 hectares em uma

concessão de terras para plantações de dendezeiros foi denunciada por comunidades locais por estar “envolvida no desmatamento de terras, destruição de nossos locais sagrados, destruição de nossas lavouras, construção de diques em nossos rios e arroios, aterro de pântanos, destruição de túmulos, destruição e poluição de nossas fontes de água, deslocamentos forçados de nosso povo sem a adequada compensação, plantação e cultivo de dendezeiros incluindo o estabelecimento maciço de um viveiro de dendezeiros sem nosso consentimento prévio e informado.” (3)

Em Camarões, a empresa americana SG Sustainable Oils (SGSO) está planejando uma plantação de dendezeiros de 30.000 hectares na Região Sudoeste em uma área diretamente contígua ao Parque Nacional Korup e à Reserva Florestal Rumpi Hills, e outras 40.000 há a leste daquela plantação e nas adjacências do Parque Nacional Bakossi e o Santuário de Vida Silvestre Banyang Mbo. As denúncias afirmam que “A plantação de dendezeiros irá deslocar e afetar negativamente a situação social e econômica de uns 30 povoados (mais de 3.000 pessoas). Sua cultura e seu modo de vida estão intimamente ligados a essas florestas, que providenciam para esses povoados água limpa, alimentos, e a capacidade de gerar renda. A maior parte desses moradores dependem fortemente da agricultura para alimentar suas famílias e gerar uma renda. Não está claro como os moradores locais irão ser compensados pela perda de sua floresta e lavouras. Alguns documentos sugerem que os povoados irão ser reassentados e/ ou ser permitidos de ficar, mas estarão cercados por dendezeiros.” (4)

REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e a Degradação Florestal) é uma das novas falsas soluções que irão servir para expandir a apropriação de terras. Há vários casos informados pelas comunidades que são expulsas ou deslocadas de seus territórios ou comunidades cujos direitos a usar suas terras e florestas estão comprometidos por causa de projetos REDD.

A recente publicação do WRM sobre o projeto piloto REDD na República Democrática do Congo, desenvolvido pela Conservation International e a companhia Walt Disney nas duas reservas florestais de Tayna e Kisimba- Ikobo, descreve as numerosas falhas e a violação de direitos desse tipo de iniciativas. O relatório afirma que “nós podemos determinar que o consentimento para a implementação do projeto REDD na reserva Kisimba- Ikobo tem numerosas falhas e é, no melhor dos casos, apenas parcial. Além disso, o processo aprofundou um contínuo conflito no qual os direitos de uso florestal e territorial estão em risco. Parte da comunidade opõe-se ao projeto REDD porque simplesmente reforça a criação de uma reserva “comunitária” que, de fato, despojou essas comunidades de seus direitos sobre terras e florestas ancestrais. Em uma recente carta escrita pelas comunidades insatisfeitas com essa reserva e encaminhada ao governador da província, eles afirmam que se opõem ao projeto REDD porque não respeita seus direitos à terra e porque eles não tiveram a oportunidade de manifestar suas demandas.

A significativa porcentagem da população de Kisimba e Ikobo que já se opôs à criação da reserva natural e agora ao projeto REDD está sendo cada vez mais marginalizada. Os promotores do projeto REDD parecem ignorar o fato de que essa parte da população não providenciou o consentimento para o projeto, e não estão

fazendo nada para tentar resolver o conflito.” (5)

As falsas soluções para a mudança climática são, no mínimo, para desviar a atenção por não dizer criminosas. Está na hora de conscientizar-se de que a solução real para a mudança climática é que os países poluidores cortem suas emissões de carbono de raiz.

Teresa Perez, WRM, teresap@wrm.org.uy

1- <http://farmlandgrab.org/post/view/19559>

2- http://viacampesina.org/en/index.php?option=com_content&view=article&id=1109:la-via-campesina-call-to-durban&catid=48:-climate-change-and-agrofuels&Itemid=75

3- Carta de reclamação à Mesa Redonda sobre Dendzeiro Sustentável (RSPO) dos membros e habitantes das comunidades locais afetadas pela concessão planejada de 220.000 há de dendzeiros à Sime Darby, na Libéria, outubro de 2011. <http://www.forestpeoples.org/topics/palm-oil-rspo/publication/2011/letter-complaint-roundtable-sustainable-palm-oil-rspo-members->

4- Vide boletim 165 do WRM

5- Publicação do WRM “Conservation International REDD pilot project: a different kind of Disney production”. Pode ser acessado em : http://www.wrm.org.uy/subjects/REDD/DRC_REDD_en.pdf

[início](#)

- Brasil: Por trás da imagem verde: a mercantilização da floresta e impactos sobre as comunidades locais no estado do Acre

O estado do Acre, na Amazônia brasileira, ficou conhecido no mundo inteiro no final dos anos 1980 pela luta por justiça social e ambiental de Chico Mendes. Nos últimos anos, o estado novamente ganhou destaque no Brasil e em âmbito internacional, porém de uma forma bastante diferente. Trata-se da propaganda em torno de um modelo ‘verde’ de desenvolvimento, puxado por um ‘governo da floresta’, baseado no chamado ‘manejo sustentável’ da mesma e na venda de serviços ambientais. Conta-se hoje uma história positiva e ‘verde’ do Acre.

No entanto, alguns dados e fatos da realidade acreana sobre sua política florestal apontam para uma outra história: (1) a da continuação da exploração madeireira da floresta e outras atividades produtivas empresariais; (2) a ‘floresta em pé’, porém degradada pelo corte seletivo de madeiras nobres, como uma nova fonte de lucro, ‘vendendo-a’, também, através de ‘serviços ambientais’ como o REDD+; (3) maiores dificuldades e mais restrições para os povos da floresta, em especial àqueles que lutam por liberdade e autonomia na conservação da mata, da qual dependem para continuar vivendo.

Um primeiro dado importante é que entre 2003 e 2010, segundo o instituto federal responsável pela reforma agrária, o INCRA, os pequenos proprietários no Acre tiveram sua ocupação do território reduzida de 27 para 17% das terras cadastradas.

Em 2003, 19.200 famílias ocupavam 1.100.000 ha e em 2010, 23.500 famílias ocupavam 1.388.000 ha de terras. Ao mesmo tempo, a concentração da terra aumentou (1). Em 2003, 444 proprietários controlavam 2,8 milhões de ha de terras; em 2010, 583 proprietários ocuparam 6,2 milhões de hectares de terras, o equivalente a 78,9% do total das terras cadastradas nesse ano. Contribuiu para esse processo de reconcentração a legalização de terras ocupadas ilegalmente por grandes proprietários, através do Programa 'Terra Legal'.

Outro dado relevante é o incentivo à exploração madeireira nas unidades de conservação de uso direto, principalmente para explorar madeira para exportação, um negócio no Acre que tem aumentado nos últimos anos, chegando a cerca de 1 milhão de m³ em 2010, um incremento de 400% desde o início do "governo da floresta". Enquanto isso, em outros estados da Amazônia, a exploração de madeira foi reduzida à metade. Tanto a atividade madeireira, quanto a criação extensiva de gado, que também teve um incremento colossal – o rebanho que em 1998 era de 800 mil cabeças, em 2010 ultrapassou três milhões de cabeças – são atividades comprovadamente destruidoras para a floresta. (2) Para piorar, um outro projeto de grande impacto climático como a exploração de gás e petróleo está entre os planos do governo.

Em segundo lugar, a atividade madeireira em expansão, chamado de 'sustentável', ameaça diretamente a sobrevivência das populações locais. Um exemplo é a situação vivida pela comunidade de São Bernardo. No seu território, coberta de mata, a empresa 'Laminadas Triunfo' executa os 'planos de manejo florestal sustentável' associada às fazendas Ranchão I e II. A base legal para a exploração madeireira neste seringal seria uma ata que as famílias tiveram que assinar no Ministério Público Estadual pela qual concordam com o manejo 'sustentável' da empresa. Ao mesmo tempo, estão sendo pressionadas para sair. Algumas famílias acabaram saindo, mas outras não querem sair porque sabem que a vida na cidade não oferece nenhuma perspectiva, ao contrário, significa desemprego e miséria.

As famílias que resistem na área, onde moram há muitos anos, denunciam a degradação dos corpos hídricos (igarapés) na região, o afastamento da caça, a destruição da floresta e de estradas pela contínua retirada de madeira pela 'Laminadas Triunfo', uma empresa que tem até o selo verde do FSC, obtido para outras áreas de 'manejo sustentável'. Enquanto famílias costumam ter hoje áreas de floresta de até 800 hectares para atividades, como a seringueira, a empresa oferece em troca áreas com apenas 75 hectares por família em lugares distantes e degradadas pela expansão da pecuária extensiva de corte. A luta dessas famílias é para implantar uma reserva extrativista com autonomia para que elas conservem a floresta e possam manter e fortalecer seu modo de vida, sem se basear na exploração da madeira. O processo para criar a reserva está em andamento desde 2005, porém lentamente.

Outro elemento importante de registrar é a experiência do governo de estado com um projeto de venda de serviço ambiental que está sendo implementado, chamado 'Fogo Zero'. Em troca de R\$ 100 (US\$ 60) mensais, as famílias de seringueiras não podem mais fazer fogo, nem mesmo manter o costume do fogo controlado para

fazer suas roças de subsistência que garantem sua segurança alimentar e são essenciais para a soberania alimentar. Trata-se de uma violação grave ao direito à alimentação dessas populações.

O 'Fogo Zero' parece ser apenas um primeiro ensaio, se depender da Lei 2.308, aprovada em 2010 na Assembleia Legislativa do Acre, que cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais, desde o carbono até mesmo à chamada 'sociobiodiversidade'. A partir do argumento de que proteção só se faz dando valor à natureza, o risco real a partir deste tipo de legislação é que o mercado nacional, mas sobretudo internacional, comece a se apropriar e controlar o território acreano com o aval do governo estadual que se responsabiliza por todo um sistema de regulação, registro, validação, medição e controle de supostos serviços gerados, absorvendo parte significativa do dinheiro que será arrecadado. Trata-se de uma mercantilização detalhada da natureza, com linguagem e práticas apenas acessíveis para um grupo seletivo (ONGs ambientalistas internacionais 'de mercado', consultores e empresas), mas inacessíveis para a população em geral, em especial para os povos da floresta.

Para discutir esses assuntos todos, foram organizadas em Rio Branco, capital do Acre, entre 3 e 7 de Outubro de 2011, visitas de campo e um encontro chamado "Serviços Ambientais, REDD e Fundos Verdes do BNDES: Salvação da Amazônia ou Armadilha do Capitalismo Verde?".

O encontro resultou numa carta (leia em [http://www.wrm.org.uy/temas/REDD/Carta do Acre.html](http://www.wrm.org.uy/temas/REDD/Carta_do_Acre.html)) A carta afirma, entre outros pontos, que "Os destruidores seriam agora os grandes defensores da natureza. E aqueles que historicamente garantiram a conservação natural são, agora, encarados como predadores e por isso mesmo são criminalizados. Não surpreende, portanto, que recentemente o Estado tenha tomado mais ostensiva a repressão, a perseguição e até expulsão das populações locais de seus territórios."

Afirma que "No Seringal São Bernardo, pudemos constatar que o atendimento dos interesses das madeireiras se faz em detrimento dos interesses das populações locais e da conservação da natureza".

Sobre programas como o 'fogo zero', a carta afirma que "Tais populações até podem permanecer na terra, mas já não podem utilizá-la segundo seu modo de vida. Sua sobrevivência não seria mais garantida pelo roçado de subsistência - convertido em ameaça ao bom funcionamento do clima do planeta -, mas por 'bolsas verdes', que, além de insuficientes, são pagas para a manutenção da civilização do petróleo."

Sobre a Lei de serviços ambientais, acima mencionada, a carta afirma que "gera 'ativos ambientais' para negociar os bens naturais no mercado de 'serviços ambientais', como o mercado de carbono", e que "Pela lei, a beleza natural, a polinização de insetos, a regulação de chuvas, a cultura, os valores espirituais, os saberes tradicionais, a água, plantas e até o próprio imaginário popular, tudo passa a ser mercadoria."

“Possibilitando a compra do ‘direito de poluir’, mecanismos como o REDD forçam as denominadas ‘populações tradicionais’ (ribeirinhos, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, seringueiros etc.) a renunciarem a autonomia na gestão de seus territórios.”

A carta também denuncia um acordo de negócios de carbono, envolvendo o estado da Califórnia nos EUA, que compraria créditos de carbono; e Chiapas, no México, e o estado do Acre no Brasil, que forneceriam esses créditos, sendo que a região de Amador Hernández já enfrenta um projeto REDD+ resultante dessa ‘parceria’ (veja www.wrm.org.uy/bulletin/165/Mexico.html): “Cientes dos riscos que tais projetos trazem, rechaçamos o acordo de REDD entre Califórnia, Chiapas, Acre que já tem causado sérios problemas a comunidades indígenas e tradicionais, como na região de Amador Hernández, em Chiapas, México.” Enquanto isso, comunidades em Califórnia continuam enfrentando os impactos sobre sua saúde para que empresas poluidoras na Califórnia possam continuar poluindo em troca da compra de créditos de carbono do projeto do México e futuramente do Acre.

Por último, as organizações declaram que “deixamos aqui nossa reivindicação pelo atendimento das seguintes demandas: reforma agrária, homologação de terras indígenas, investimentos em agroecologia e economia solidária, autonomia de gestão dos territórios, saúde e educação para todos, democratização dos meios de comunicação. Em defesa da Amazônia, da vida, da integridade dos povos e de seus territórios e contra o REDD e a mercantilização da natureza. Estamos em luta.”

Winfriidus Overbeek, WRM, correo electrónico: winnie@wrm.org.uy

(1) Mais informações em <http://www.mst.org.br/Gerson-Teixeira-agravamento-da-concentracao-das-terras>

(2) Os dados sobre exploração de madeira e incremento do rebanho foram fornecidos pelo Núcleo de Pesquisa Estado Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental- UFAC (Universidade Federal do Acre)

[início](#)

- Índia: Florestas e plantações de árvores sob projetos de compensação de carbono

As novas abstrações criadas pelo discurso da mudança climática na forma de REDD e REDD+ vieram aprofundar a mercantilização das florestas já que se gerou maior mobilidade e se fez possível o comércio através de países e continentes por meio de programas florestais e de mitigação do clima, afirma Kanchi Kohli e Manju Menon, da organização indiana Kalpavriksh, na recente publicação “Banking on Forests: Assets for a Climate Cure?” (Investindo em florestas: ativos para a cura do clima?)

Mesmo sem um acordo internacional estabelecido, tanto REDD quanto REDD+ funcionam, até hoje, através de um mecanismo duplo de financiamento, com dinheiro gerado voluntariamente de subsídios bilaterais ou multilaterais bem como

um mecanismo de comércio no qual o carbono florestal em outro país pode ser comercializado para alcançar objetivos de emissão. O programa REDD da ONU afirma que é um “esforço para criar um valor financeiro do carbono armazenado nas florestas, oferecendo incentivos aos países desenvolvidos para reduzir emissões desde terras florestais e investir em áreas baixas em carbono de desenvolvimento sustentável” enquanto o dinheiro REDD+ é usado para manter recintos de florestas e para gerar novos ‘estoques de carbono’- o que na prática significa criar plantações de árvores. Nos dois casos, a intenção final é conservar o carbono ou criar sumidouros de carbono.

O relatório da Kalpavriksh explica que na Índia, a “Missão Nacional por uma Índia Verde”(GIM, sigla em inglês), aprovada em fevereiro de 2011, faz parte do Plano Nacional de Ação sobre Mudança Climática (NAPCC, sigla em inglês) e visa a incrementar a cobertura florestal/ de árvores em 5 milhões de hectares de terras florestais/ não florestais bem como a melhorar a qualidade da cobertura florestal em outros cinco milhões de hectares. A fim de atingir isso, a Missão se vincularia com programas em andamento que incluem aproveitar os benefícios de REDD+, MDL e outros mecanismos de mercado de carbono.

Não apenas as florestas como também outros ecossistemas serão considerados para melhorar o seqüestro e o armazenamento de carbono, incluindo terras de outros usos múltiplos tais como terras marginais. Contudo, as terras que a GIM identifica como terras agrícolas marginais ou páramos já estão sendo utilizadas em atividades comunitárias ainda não reconhecidas formalmente tais como pastagem ou como parte dos ciclos rotativos de cultivo; e sua transferência para programas de reflorestamento irá trazer impactos nas condições socioeconômicas das comunidades que dependem delas. Foi salientado pelos movimentos dos povos florestais que os programas de reflorestamento alteram a natureza dos ecossistemas e também reduzem diretamente o acesso dos povos à produção florestal e à forragem para o gado, privando os habitantes da floresta e os Adivasi (povo indígena) de algumas ou de todas suas terras.

Os autores da Kalpavriksh concluem que a “GIM está claramente a favor do carbono deixando as portas abertas para todo tipo de negociação encabeçada pelos sumidouros de carbono. Neste discurso dedicado ao carbono, o país está preparado para receber dinheiro através de subvenções, do comércio com o setor privado bem como com outros programas florestais de carbono”. Eles também afirmaram que desde 2009, os Departamentos Florestais Estatais vêm recebendo dinheiro arrecadado ao longo dos anos como compensação ou pagamento do Valor Presente Líquido (NPV, sigla em inglês) pelo desvio de terras florestais para usos não florestais como mineração, expansão da indústria ou da infraestrutura no país. Esse dinheiro foi utilizado para planos de florestamento, como foi o caso do estado de Uttarakh que investiu dinheiro para plantações através de comitês locais do Manejo Florestal Conjunto (JFM, sigla em inglês).

O estado de Karnataka também propôs plantações de monoculturas incluindo plantios comerciais como biocombustíveis. De forma similar, o estado de Madhya Pradesh propôs 38,8% e o estado de Himachal Pradesh propôs 28,4% para plantações do total do orçamento NPV proposto para 2010– 2011.

O relatório da Kalpavriksh é conclusivo em que os vários processos que tratam as florestas como mercadorias ou como recintos de conservação encontram na GIM um lugar, tratando as florestas “como uma mercadoria móvel, comercializável tanto em nível nacional quanto global”. Cada vez que a unidade de medida muda entra mais dinheiro nos cofres florestais, tanto através do pretexto de desvio ou conservação. A GIM também faz bom trabalho em um sistema global onde é possível mostrar as florestas como bem soberano que pode estar disponível, por uma quantia, para providenciar créditos florestais de carbono a atores globais”.

Contudo, é improvável que um acordo legalmente vinculante sobre reduções de emissões seja combinado no futuro próximo, muitos predizem um futuro de mercado de carbono REDD e, portanto, a abertura de estradas para a maior mercantilização das florestas da Índia e a expansão das plantações de monoculturas de árvores.

Artigo baseado em: “Banking on Forests: Assets for a Climate Cure?”, por Kanchi Kohli e Manju Menon, Kalpavriksh, <http://www.kalpavriksh.org/list-of-books/books-in-print/201-env-a-development-books/90-environment-a-dev-books>; e dois relatórios “Compensatory Afforestation and Net Present Value Payments for Diversion of Forest Land in India” e “Loss or Gain. The National Mission for a Green India” dos mesmos autores, enviados por Kanchi Kohli, e-mail: kalpavriksh.delhi@gmail.com.

[início](#)

POVOS EM AÇÃO

- Apelo aos doadores para deter o financiamento de projetos REDD+

No passado dia 21 de setembro- o Dia Internacional contra as Plantações de Monoculturas- a “Plataforma No REDD”, uma coalizão de grupos ambientalistas e de organizações de povos indígenas lançou um apelo à comunidade de doadores internacionais para deter o desvio de fundos de conservação florestal para projetos do tipo REDD+ e a atividades relacionadas, apontando que a ‘detecção, documentação e rejeição dos impactos negativos sociais e ambientais dos projetos REDD+’ têm um pobre suporte. A carta visa a despertar os financiadores bem como a convidá-los para cobrir este rombo no financiamento.

O grupo expressa profunda preocupação sobre a maneira com que os fundos para a conservação e restauração florestal e a erradicação da pobreza estão sendo malversados na direção de um mecanismo que intrinsecamente trata da mercantilização e da privatização do ar, florestas, árvores e terras e que tem um grande número de riscos e problemas inerentes que não podem ser corrigidos.

Os projetos REDD+ já estão tendo graves impactos no ambiente e nos grupos da

sociedade econômica e politicamente marginalizados, em particular os Povos Indígenas, os pequenos agricultores, outras comunidades dependentes da floresta, e as mulheres que têm um papel importante na manutenção de seus meios de subsistência. Um aumento repentino no valor econômico das terras florestais devido à introdução de pagamentos por desempenho para a conservação florestal irá certamente levar a um aumento do risco de conflito sobre as terras entre essas comunidades e os grupos com maior influência econômica e política que veem uma oportunidade de lucrar com esses pagamentos.

Os pagamentos baseados no desempenho do armazenamento de carbono florestal abordam apenas um dos supostos causadores da perda de floresta: a falta de uma valoração econômica adequada do papel da floresta de armazenagem de carbono florestal no sequestro de carbono em geral não consegue abordar outras causas diretas ou indiretas da perda florestal tais como a falta de reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas; o consumo excessivo e o comércio de produtos florestais; os incentivos prejudiciais tais como subsídios às culturas e plantações de monoculturas de árvores voltadas para a exportação; as atividades de exploração e extração mineral, de petróleo, gás ou carvão e a cunicultura e os grandes projetos de infra-estrutura tais como as hidrelétricas.

As mais de 200 organizações que já subscreveram essa carta denunciam que “REDD é um sintoma fundamentalmente falho de um problema mais profundo, e não um passo em frente. É uma distração para a qual o planeta- nossa Mãe Terra- não tem tempo. Devemos fortalecer os muitos exemplos existentes de sucesso de conservação e restauração florestal em vez de investir bilhões de dólares em um esquema de REDD+ que não foi testado, que é incerto e questionável, e que possivelmente abale os objetivos ambientais e sociais do regime climático ao invés de apoiá- los.

A carta conclui: “Abordar a mudança climática e a perda de florestas exige medidas que contribuam para uma transformação econômica, ecológica e social profunda. Apresentar todos os lados da história do REDD+, como parte de um esforço maior para construir alianças globais diversas e poderosas que possam apoiar a transformação que o nosso planeta e os povos precisam, vai exigir o apoio total da comunidade doadora, filantrópica, e de caridade.”

A carta na íntegra pode ser lida em
http://wrm.org.uy/temas/REDD/Carta_aberta_no_REDD.pdf

[início](#)

- Filipinas: Manifestação para deter a mineração chinesa em Palawan!

No dia 10 de novembro, povos indígenas, comunidades de agricultores e a organização popular ALDAW se reuniram na cidade de Brooke's Point, na ilha de Palawan, para manifestar-se pacificamente contra a visita de investidores chineses do Jinchuan Group (JNMC). O grupo chinês já fez uma parceria com a corporação MacroAsia para explorar e extrair níquel.

O projeto de mineração invade o domínio ancestral dos povos indígenas e as comunidades agrícolas bem como áreas comunitárias conservadas e irá ter um grave impacto nas terras agrícolas, nas bacias hidrográficas e nas florestas primárias e secundárias das quais essas pessoas dependem, desde tempos imemoriais, para manter seus meios de vida e sua cultura.

As tribos Palawan de Brooke's Point e a rede ALDAW (Ancestral/ Land Domain Watch) opuseram-se à parceria entre a MacroAsia e o grupo chinês Jinchuan Group e exigem a imediata cancelação do Mineral Production Sharing Agreement- MPSA (Contrato de partilha de produção de minerais) da MacroAsia no município de Brooke's Point -Palawan. (Leia mais em <http://intercontinentalcry.org/chinese-investors-face-angry-crowd-of-protesters-on-palawan-island/>).

Para maiores informações entre em contato com a rede ALDAW em aldaw.indigenousnetwork@gmail.com

[início](#)

- Ajude o Povo Kuy do Camboja a salvar suas florestas

No Camboja, cerca de 200.000 moradores do povo Kuy tentam desesperadamente impedir a destruição de Prey Lang (“Nossa Floresta”), a última floresta primária desse tipo na península da Indochina. O governo cambojano emitiu um conjunto de concessões a construtoras de estradas, mineradoras, e agroindústrias. Os bulldozeres estão desmatando a floresta para a construção de novas estradas, plantações de seringueiras minas.

O povo Kuy tenta persuadir o governo para que detenha a destruição e permita que eles protejam e manejem Prey Lang, antes de que seja tarde demais. “Sem a floresta, não há vida”. Na língua Kuy, Prey Lang significa ‘Nossa Floresta’. Esta floresta é para todos. Prey Lang é nossa floresta, mas também é a sua. Você pode ajudar a salvá-la”, disse Thai Bunleang, um ancião Kuy, pequeno agricultor e ativista na rede Prey Lang.

Para ajudar a salvar a floresta, visite o site da Cultural Survival em apoio à campanha em <http://www.culturalsurvival.org/take-action/cambodia/letter>

[início](#)

- Mekong: petição internacional contra a Hidrelétrica Xayaburi

Na primeira semana de novembro, a International Rivers lançou uma petição internacional exigindo que os Primeiros Ministros do Laos e da Tailândia cancelem os planos de construção da hidrelétrica Xayaburi. Esperam juntar tantas assinaturas como for possível para ajudar e pressionar esses governos antes da próxima reunião do Conselho MRC que ocorrerá de 7 a 9 de dezembro próximo.

Para ajudar com a divulgação da petição adicione-a a suas listas e coloque um link em seus sites. A petição pode ser lida em:

http://salsa.democracyinaction.org/o/2486/p/dia/action/public/?action_KEY=8547

Para maiores informações entre em contato com Ame Trandem, International Rivers, e-mail: ame@internationalrivers.org

[início](#)
